



## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

### CONSULTA PRÉVIA SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DAS MEDIDAS DE AUTO-PROTEÇÃO DE EDIFÍCIOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL

PROC. SACP N.º APROV\_954/2025

#### CADERNO DE ENCARGOS

#### PARTE I CLÁUSULAS JURÍDICAS

##### Artigo 1.º

##### Objeto do Concurso

O presente procedimento tem como fim serviço de elaboração das medidas de auto proteção de edifícios do Município de São Pedro do Sul, em conformidade com as cláusulas jurídicas e técnicas descritas no presente caderno de encargos e respetivo convite e em absoluto respeito e cumprimento da legislação em vigor.

##### Artigo 2.º

##### Prazo de prestação do serviço/fornecimento dos bens

A relação contratual extingue-se com a entrega dos bens/prestação dos serviços, o que deverá ocorrer no prazo máximo de **120 dias**, contados da receção da devida requisição externa, ou assinatura de contrato, sem prejuízo da manutenção de obrigações acessórias que tenham sido estabelecidas inequivocamente em favor da entidade adjudicante e que devam perdurar, tais como as de sigilo ou de garantia dos bens ou serviços adquiridos.

##### Artigo 3.º

##### Sigilo

1. O adjudicatário garantirá o sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de São Pedro do Sul, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar,

## **MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

### **C Â M A R A   M U N I C I P A L**

por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Artigo 4.º**

##### **Casos fortuitos ou de força maior**

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas na proposta.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior, deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

#### **Artigo 5.º**

##### **Preço base**

1. Pelo fornecimento dos bens/prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de São Pedro do Sul, deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o qual terá como parâmetro, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 47º do CCP, o montante máximo de **12.000,00€**.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

#### **Artigo 6.º**

##### **Faturação**

1. No âmbito da execução do contrato, o cocontratante deve emitir faturas eletrónicas, conforme impõe o art. 299.º-B do CCP, não sendo aceites faturas em formatos diferentes daquele.
2. Para cumprimento da norma referida no ponto anterior, o município disponibiliza o serviço de comunicação de faturas eletrónicas, acessível através do endereço [www.ilink.pt](http://www.ilink.pt).

#### **Artigo 7.º**

##### **Pagamentos**

Os pagamentos devidos pelo contraente público serão efetuados a **60 dias**, contados da data da fatura a que respeita, a qual só pode ser emitida após o cumprimento da obrigação a que se refere, nos seguintes termos:

## MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

### C Â M A R A M U N I C I P A L

- 75% após a execução e envio para o Município e ANEPC se necessário;
- 25% após aprovação de todas as entidades.

#### Artigo 8.º

##### Prevalência

Fazem parte integrante do presente concurso o caderno de encargos, o Convite e a proposta do adjudicatário. Em caso de dúvidas prevalece, em primeiro lugar o C.C.P (Código dos Contratos Públicos), o caderno de encargos e em último lugar a proposta do adjudicatário.

#### Artigo 9.º

##### Resolução de Litígios

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal do foro territorialmente competente da área da sede do Município de São Pedro do Sul, com renúncia de qualquer outro.

### PARTE II

### CLÁUSULAS TÉCNICAS

#### Artigo 10.º

##### Objeto

O presente procedimento tem como fim a serviço de elaboração das medidas de auto proteção de edifícios do Município de São Pedro do Sul, em conformidade com as características e especificações indicadas no artigo seguinte.

#### Artigo 11.º

##### Mapa de quantidades

Código	Designação	Unidade	Qtd
1	Serviço de elaboração das medidas de auto proteção de edifícios do Município de São Pedro do Sul	vg	1

## **MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

C Â M A R A M U N I C I P A L

### **Artigo 12.º**

#### **Especificações técnicas**

Elaboração de Medidas de Autoproteção de acordo com o Decreto-Lei nº 220/2008, de 12 de novembro, alterado e republicado pela lei nº 123/2019, de 18 de e serão desenvolvidas de acordo com o regulamento técnico de segurança contra incêndio em edifícios, publicada por meio da Portaria nº 1532/2008, de 29 de dezembro e alterada e republicada por meio da Portaria nº 135/2020, de 2 de junho.

### **Artigo 13.º**

#### **Elementos a entregar pelo Adjudicatário ao abrigo do contrato**

O projeto deverá ser entregue em 2 exemplares formato papel e um exemplar em suporte digital após validação por parte do Município de São Pedro do Sul.

O suporte digital engloba peças desenhadas em formato DWG e DWF e peças escritas em DOC e PDF.

### **Artigo 14.º**

#### **Obrigações**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário, as seguintes obrigações principais:

- a. Executar o objeto do contrato de acordo com o estabelecido nas especificações técnicas;
- b. Executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas;
- c. Apresentar os documentos de habilitação a que está obrigado, nos termos do artigo 81º do CCP;
- d. Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
- e. Garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido nos trabalhos venha a ter acesso.
- f. Proceder à entrega dos trabalhos correspondentes aos Projetos, de acordo com os prazos contratualizados.
- g. Prestar as informações que forem solicitadas pela Município de São Pedro do Sul.
- h. Realizar todos os trabalhos enumerados na adjudicação, nas condições de prazo e preço contratados, competindo-lhe ainda elaborar, sem direito a indemnização, todos os estudos subsidiários necessários a um perfeito esclarecimento dos Projetos.
- i. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, ao primeiro outorgante, o facto que torne total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com o primeiro outorgante;
- j. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização do primeiro outorgante;
- k. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

## **MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

### **C Â M A R A M U N I C I P A L**

- I. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

#### **Artigo 15.º**

##### **Conformidade e Garantia Técnica**

O Adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos a entregar ao Município de São Pedro do Sul em sede de execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislações aplicáveis.

#### **Artigo 16.º**

##### **Encargos Sociais**

O Prestador de Serviços ficará responsável, relativamente à atividade profissional do seu pessoal, pelo pagamento de todos os encargos sociais legalmente fixados.

O Prestador de Serviços obriga-se ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre acidentes de trabalho e medicina no trabalho, relativamente a todo o seu pessoal que tenha a seu cargo, sendo da sua conta os encargos que daí advenham.

#### **Artigo 17.º**

##### **Seguros**

O prestador de serviços obriga-se a efetuar o seguro do seu pessoal em conformidade com o disposto nas cláusulas seguintes.

As apólices de seguro cobrirão acidentes de trabalho e doenças profissionais;

As condições acima estabelecidas abrangem igualmente o pessoal dos subcontratados, tarefeiros;

Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável, serão por conta do prestador de serviços.

#### **Artigo 18.º**

##### **Prestação do serviço**

Todas as despesas e custos inerentes à prestação do serviço serão da responsabilidade do adjudicatário.

## **MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

### **C Â M A R A M U N I C I P A L**

#### **Artigo 19.º**

#### **Proteção de dados**

1. O prestador de serviços obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar utilizar ou discutir com terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo Município ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
2. Os dados pessoais a que o prestador de serviços tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Município ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das regras e normas do Município, comprometendo-se, designadamente a não os copiar, reproduzir, divulgar, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros.
3. O prestador de serviços obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente:
  - a. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Município única e exclusivamente para efeitos da prestação de serviços objeto deste contrato;
  - b. Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
  - c. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
  - d. Cumprir todas as regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Município esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
  - e. Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da CM contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
  - f. Prestar ao Município toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o Município informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
  - g. Assegurar que todos os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato relativamente às regras de confidencialidade e proteção de dados pessoais;
  - h. Adotar todas as medidas exigidas nos termos do artigo 32º do RGPD.
  - i. Manter sigilo e garantir a confidencialidade.
6. O prestador de serviços será responsável por qualquer prejuízo em que o Município venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
7. Para efeitos do disposto nos números anteriores da presente cláusula, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao prestador de serviços, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido com o referido colaborador.
8. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo por que ocorra.

## **MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

C Â M A R A M U N I C I P A L

### **Artigo 20.º** **Gestor do Contrato**

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, o gestor do contrato nomeado pela entidade adjudicante constará do clausulado do contrato, tendo como função o acompanhamento da sua execução.

### **Artigo 21.º** **Comunicações e Notificações**

As notificações e comunicações entre as partes, realizadas no âmbito do contrato, devem ser dirigidas, para o domicílio ou sede contratual da contraparte, aí identificados, nos termos do CCP.

Qualquer alteração dos elementos identificativos das partes constante do contrato deve ser comunicada à outra parte.

### **Artigo 22.º** **Código CPV**

A presente aquisição encontra-se classificada no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de Dezembro de 2003, e pelo regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de Novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de Março de 2008, com os códigos CPV:

- **71000000-8 Serviços de arquitetura, construção, engenharia e inspeção**

### **Artigo 23.º** **Legislação aplicável**

Em tudo o omissa no presente Caderno de Encargos, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (retificado pelas declarações de retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro), pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 170/2019, de 4 de dezembro, pela Resolução da Assembleia da República n.º 16/2020, de 19 de março, pela Lei n.º 30/2021 de 21 de maio, pela Declaração de Retificação n.º 25/2021, de 21 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro.